

**ATA DA 67.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO**

**- CTEI/CIF -**

No dia vinte de julho de dois mil e vinte e dois, às nove horas e quatorze minutos, **em formato PRESENCIAL na cidade de Vitória/ES com transmissão via YouTube no link: <https://www.youtube.com/watch?v=jfPEZGnMcf0>**, teve início a **67ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Da reunião presencial constam: Abílio Vilella (ATI Comissão Atingidos Rio Doce/MG, Sta Cruz do Escavado/MG e Ponte Nova Chopotó/MG); Amarildo Pereira (ACIAM-MARIANA/MG), Ana Lage (Fundação Renova), Andrea Aparecida Ferreira Anchieta (Associação de pescadores de Povoação, Linhares/ES); Andrea Furtado (Fundação Renova); Anízio Vianna (Fundação Renova); Braz Alves Leite (Associação Pescadores Povoação Linhares/ES); Braz Clarindo Filho (Associação de Camaroeiros de Vitória/ES); Camila Camilo (Fundação Renova); Cláudia Laureth (FLACSO); Cláudio Paiva (SEDE/MG); Davi Nascimento Luz (Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, Linhares/ES), Douglas Prado (Pref. Coronel Fabriciano/MG); Elaine Rodrigues de Vasconcellos Ambrósio (Comissão de atingidos de Conselheiro Pena/MG); Elaine Pires (Comissão de Atingidos Pontal do Ipiranga – Linhares/ES); Eliane Gregório (Comissão de Atingidos de Linhares/ES); Éneas Ferreira Pinto Filho (Atingido - Conceição da Barra/ES); Gabriela D’avila (Fundação Renova); Hugo Santos Tofoli (ADERES/ES); Ivan Cesar Oliveira (Pref. Coronel Fabriciano/MG); Jerfferson Ferreira (FLACSO); João Junior (INCAPER/ES); Jóeci Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES); José Márcio Lazarini (Comissão dos Atingidos de Rio Doce/MG); Juliana Bedoya (Fundação Renova); Leandro Pinho (IFES); Lorena Gontijo (Comitê Gestor Pró-Rio Doce/MG); Luciana Souza de Oliveira (Comissão de Atingidos de Regência e Entre Rios-Linhares/ES); Marcos Vinícius da Silva Bizarro (Prefeito do município Coronel Fabriciano/MG); Maria Célia Albino (Comissão de Atingidos de Conselheiro Pena/MG); Maria da Penha Rocha da Conceição (Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escavado/MG); Mariangela De Lorenzo (Consultora Técnica Independente dos Camaroeiros de Vitória/ES); Marina Sacramento (Comitê Gestor Pró-Rio Doce/MG); Maurício Kowarick (Fundação Renova); Miguelito Teixeira (comissão de atingidos de Conselheiro Pena/MG); Rafael Euzebio (Associação Pescadores Povoação Linhares/ES); Raliston Becali (Fundação Renova); Ramon Lopes (Auditor E&Y); Renato Cardoso (MAPA/MG); Renato Correia de Oliveira (Atingido – Resplendor/MG); Rildo Almeida De Paula (Fundação Renova); Rhayrane Carvalho Pedroni (Pref. Aracruz/ES); Rodolfo Zulske (Pescador Governador Valadares/ES); Sérgio Ferreira Lima Filho (Fundação Renova); Thais Vilas Boas (Comitê Gestor Pró-Rio Doce/MG); Thiago Souza (Fundação Renova); Tomás Málaga (FGV/MPF); Vicente Pereira (IJSN/ES); Victor Prosdocimi (SEDE/MG); Virgínia Mascarenhas (FAPEMIG/MG); Wander Marcondes Moreira Uihôa (Pref. Coronel Fabriciano/MG)

O coordenador da CT-EI, sr. Hugo Santos Tofoli, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos da **67.ª Reunião Ordinária da CT-EI** com a participação de membros da CTEI, comissões de atingidos, assessorias técnicas, Fundação Renova e convidados.

**1. Pautas Gerais**

Pauta	Discussão
a. Aprovação da Ata da 66.ª RO da CT-EI	Registro que foi solicitado a correção da Ata, pela sra. Elaine Rodrigues de Vasconcellos Ambrósio, representante da Comissão de atingidos de Conselheiro Pena/MG, no ponto de pauta da Retomada das Atividades Agropecuárias (PG17), no item a. Informes do GT – AGROPEC. A sra. Luciana Souza de Oliveira representante da Comissão de Atingidos de Regência e Entre Rios-Linhares/ES, solicitou correção no ponto de pauta da Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras (PG16), no item a. Informes do GT-

	PG16. As correções serão realizadas conforme o áudio da Reunião Ordinária e a Ata será apresentada para aprovação na 68ª RO CT-EI.
<b>Encaminhamento 67.1</b>	O secretariado fará as correções sugeridas conforme o áudio da Reunião Ordinária, para aprovação na 68ª RO CT-EI.
b. Apresentação Ofício N° 112/2022/CIF/GABIN - Deliberação nº 556 - Impedimentos identificados pela EY durante os procedimentos de Asseguração dos Dispêndios dos Programas no âmbito do TTAC.	<p>Hugo Tofoli, representante da ADERES e Coordenador da CT-EI pontuou da necessidade de informações da Fundação Renova, sobre os contratos de seguros dentro do PG-17, para que a CT-EI possa responder o ofício enviado pelo CIF.</p> <p>Sérgio Ferreira, representante da Fundação Renova, informou que os seguros estão contemplados no orçamento e no escopo do Programa. A contratação é uma boa prática, pois caso o risco se confirme, o seguro pode ser utilizado para contornar qualquer eventualidade nos contratos vigentes dentro dos Programas. Portanto, está dentro da linha de gerenciamento do PG17. Explicou que o impedimento posto pela E&amp;Y, no ofício, está relacionado ao valor destinado a essa contratação, se é considerada como verba finalística do programa ou não? Essa seria a pergunta que o auditor está fazendo ao CIF. No entendimento da Fundação Renova está associado ao orçamento do Programa, assim consideramos como verba finalística. É inerente a qualquer tipo de contratação, e não há como desvinculá-la. Não foi solicitado análise do Jurídico da Fundação Renova, no nosso entendimento é que pertence ao orçamento do Programa.</p> <p>Hugo Tofoli explicou para os membros da CT, que a E&amp;Y realizou auditoria nos contratos de diversos programas, não apenas do PG17. Foram identificados pagamentos de seguros nos contratos, principalmente a contratos de obras. E o questionamento é se faz parte ou não do escopo dos Programas.</p> <p>Rildo Almeida, representante da Fundação Renova, informou que o seguro é uma questão operacional dentro dos contratos, é uma prática de mercado. Pontuou que não é citado na definição do programa as questões de saúde e de segurança do trabalho, onde os custos também são altos. O seguro é uma boa prática de mercado, principalmente os de grandes contratos, e por ser algo operacional não está na definição dos programas.</p> <p>Hugo Tofoli perguntou sobre a função do seguro no contrato.</p> <p>Rildo Almeida respondeu que nos contratos de engenharia e obra, havendo um fornecedor que inicia uma obra e não realiza sua entrega é acionado o seguro. Outro exemplo é uma Empresa que tem dificuldades de cumprir os compromissos legais.</p> <p>Jóeci Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, mencionou que deve e precisa ter as cláusulas de seguro nos contratos. Mas, há empresas que não cumprem com o contrato, tendo em vista a garantia do seguro. Disse que deveria existir alguma cláusula que a empresa cumpra com o compromisso.</p> <p>Hugo Tofoli realizou um paralelo com a contratação pública. Explicou que é exigido a caução ou a contratação de seguro fiança. Perguntou quem paga o seguro nos contratos da Fundação Renova.</p> <p>Rildo Almeida respondeu que são dois seguros. No caso da instituição ser uma ONG é aprovada a liberação da carta fiança e dos seguros. A Contratação padrão de fornecedor de serviço é exigido do fornecedor a carta de fiança e seguro, que é paga pelo fornecedor. Mas contratos que o seguro é pago pela Fundação Renova. Sérgio Ferreira complementou que independentemente de ser pago diretamente pela Fundação Renova ou pela</p>

	<p>empresa contratada, o seguro existe. Mesmo que seja dentro do contrato do fornecedor a Fundação Renova arca com as despesas do contrato.</p> <p>Hugo Tofoli pontuou que o questionamento da E&amp;Y pode ter ocorrido devido ter identificado dentro dos contratos da FR, seguro garantia.</p> <p>Sérgio Ferreira considerou que os apontamentos feitos pela E&amp;Y são de impedimento de dois seguros: responsabilidade civil e seguro de engenharia e obras. Entendemos que o questionamento que o auditor independente fez ao CIF, se está enquadrado como verba finalística do Programa.</p> <p>Jóeci Miranda, perguntou qual a percentagem do valor do seguro em relação ao Programa. Hugo Tofoli explicou que o valor do seguro não é em relação ao Programa, o valor depende a obra.</p> <p>Tomaz Málaga, representante da FGV, ponderou que em princípio é irrelevante que realiza o pagamento desde que fique clara na contratação. A questão principal na discussão dos Programas deveria ter uma linha no orçamento no custo do seguro, no caso da FR realizar o pagamento do seguro.</p> <p>Ramon Lopes, representante da E&amp;Y, informou que durante a segurização dos dispêndios do Programa foram identificados os gastos lançados no âmbito do PG17, referentes aos seguros de responsabilidade civil. Avaliamos os gastos, mas não os asseguramos, pois identificamos esse impedimento, se são finalísticos ou não. Assim, precisamos dessa definição por parte do CIF para assegurar esses gastos no âmbito do PG17, como sendo escopo do Programa ou não.</p> <p>Hugo Tofoli sugeriu como encaminhamento que seja solicitado dilação de prazo ao CIF para resposta e solicitar à Fundação Renova um relatório dos contratos que tenham cláusula de seguros relacionados e indicando se é pago pela fundação e os valores.</p>
<p><b>Encaminhamento 67.2</b></p>	<p><b>A CTEI solicitará dilação de prazo ao CIF, para resposta do ofício.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 67.3</b></p>	<p><b>A CTEI solicitará à Fundação Renova um relatório dos contratos que tenham cláusula de seguros relacionados ao PG17, a ser encaminhando à CTEI no prazo de 20 dias, para pauta na próxima RO CTEI.</b></p>
<p>c. Despacho nº 11826117/2022-CIF/GABIN - avaliação da Câmara Técnica quanto às alegações do município de Coronel Fabriciano/MG.</p>	<p>Hugo Tofoli pontuou que o Ofício do CIF se refere sobre a inclusão do Município Coronel Fabriciano como atingido para que possa ter acesso aos Programas.</p> <p>Marcos Vinícius da Silva Bizarro, prefeito do município de Coronel Fabriciano/MG, agradeceu pela oportunidade da participação do município na Câmara Técnica. Pontuou que o município participa na do Fórum dos Prefeitos, e disse da importância da indicação de um membro dos municípios de Mina Gerais para Câmara Técnica da Associação Mineira dos Municípios.</p> <p>Douglas Prado, Secretário de Planejamento, contextualizou sobre os Impactos do Rompimento da Barragem de Fundão no Município de Coronel Fabriciano/MG. Wander Marcondes Moreira Ulhôa, Secretário de Finanças, A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Hugo Tofoli perguntou se a Fundação Renova tem algum posicionamento sobre as alegações do município Coronel Fabriciano.</p> <p>Sérgio Ferreira pontuou que o estudo apresentado pelo município para a CT, visa a construção de subsídios para devolutiva ao CIF. Sabemos da discussão de outros municípios dentro do acordo da reparação, como por exemplo,</p>

	<p>município de Anchieta/ES. Há discussões dentro da esfera judicial quanto ao município de Ouro Preto/MG. A Fundação Renova irá se manifestar quando receber do CIF o pleito formalmente, assim que recebermos emitiremos um parecer.</p> <p>Éneas Ferreira, Conceição da Barra/ES, perguntou quais mananciais para fazer o tratamento de água o município de Coronel Fabriciano utiliza na distribuição de água no vale do aço. O município de Coronel Fabriciano respondeu que o município tem um aquífero que é tratado por meio de oito poços artesianos, que fica no leito do rio Piracicaba, afluente direto ao rio Doce, que está de 4 à 5km para chegar ao Rio Doce, um dos principais colaboradores para limpeza do rio. Com esses poços possuímos um sistema integrado de adutoras que toda região metropolitana.</p> <p>Hugo Tofoli acolheu o pleito do município junto à CT e será discutido dentro do GT-DESENVOLVE, com uma reunião virtual específica do GT, tendo em vista a Reunião Intercâmara que ocorrerá no dia 28/08/2022. Na Reunião do GT-DESENVOLVE, no mês de agosto/2022, em Belo Horizonte/MG, o tema pode ser incluído como pauta no GT. Será solicitado uma dilação do prazo ao CIF para resposta do Ofício.</p>
<p><b>Encaminhamento 67.4</b></p>	<p><b>O GT-DESENVOLVE realizará reunião virtual para continuidade de discussão do tema. Inclusão de pauta para o próximo GT-DESENVOLVE. Solicitar dilação de prazo para resposta ao CIF quanto ao Ofício.</b></p>

## 2- Retomada das Atividades Agropecuárias (PG17)

Pauta	Discussão
<p>a. Informe do GT-AGROPEC</p>	<p>João Júnior, representante do INCAPER/ES, informou que a reunião do GT-AGROPEC ocorreu no dia 19/07/2022 e foi complementada no dia 20/07/2022. Foi apresentado o Projeto de Barraginhas, por duas associações, que será encaminhado ofício à FR para manifestação. Outro ponto foi o ofício da Rosa Fortini a respeito do andamento das ações do PASEA, sobre a recuperação de estradas e negociação entre os proprietários para finalizar algumas ações. A FR se comprometeu de encaminhar resposta. Também foi apresentado pela FR os indicadores do ISA, com proposta de alteração de indicadores do programa em relação ao ISA, no território 1 a montante de Risoleta Neves/MG, e segundo a FR ficaria impossível chegar ao indicador 07 para o ISA. Por último a FR apresentou o acompanhamento do PG17.</p> <p>Davi Nascimento Luz, representante da Comissão de Atingidos de Linhares/ES, mencionou a adesão das famílias do assentamento Sezínio, dentro do trabalho de ATER, e a não aceitação da associação jequitibá em assinar o aditivo de contrato em meio a pandemia do Corona vírus. Pontuou que o assentamento Sezínio foi o único no Espírito Santo atendido pelo programa. Porém o escopo do projeto apresentado foi desenvolvido pelo estado de Minas Gerais, com participação de alguns integrantes da direção do MST no Espírito Santo, mas que não abarcou a realidade das famílias do assentamento Sezínio. Assim, em diversas reuniões estamos pontuando que da maneira que o escopo do projeto foi proposto, não contempla a realidade local das famílias daquele assentamento. Pediu que seja discutido no PG17</p>

essa pauta. O projeto do Cacau é outra possibilidade para o Assentamento Sezinio ser inserido, e de que maneira pode ser retomada da ATER para o assentamento. levando em consideração que nenhuma família rescindiu o termo de aceite. O programa foi encerrado por uma carta encaminhada pelo MST, informando que o Espírito Santo não estaria no projeto. Há uma área 100 hectares de cacau impactada diretamente, e até o hoje não tivemos nenhum trabalho voltado para essa área. Assim, de que maneira se concilia e podemos fazer essa retomada.

Maurício Kowarick, representante da Fundação Renova, informou que sobre os cursos da EMATER, a realização dos cursos foram uma solicitação dos atingidos que tem ATER. Os 14 cursos estão distribuídos em Minas Gerais, em vários lotes de ATER. Será verificado se algum curso poderá ser direcionado para o território, sendo que os cursos são para aqueles que estão aderidos ao Programa. Sobre o ISA, pontuou que não havia entendido que haveria uma reunião extraordinária do GT-AGROPEC para essa pauta. Quanto o PASEA geralmente os esclarecimentos são realizados de forma individualmente, não é uma prática realizar de forma coletiva.

#### 4. Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras (PG16)

Pauta	Discussão
a. Informes GT-PG16	<p>Renato Cardoso, representante do MAPA, informou, que a reunião do GT-PG16 foi realizada no dia 19/07/2022, foi apresentado pelo Instituto de Pesca de São Paulo, os Resultados do Monitoramento Pesqueiro e Caracterização Socioeconômica rio Doce e litoral do Espírito Santo. Houve a discussão sobre os Projetos Empodera Belo Oriente e Reestruturação e Incremento da Piscicultura Social – APARD. Será realizada NT sobre o projeto Empodera Belo Oriente, já sobre o projeto da APARD necessita discutir mais alguns pontos. Quanto a revisão do Programa do PG16, o programa abrange outras áreas para além desta CT, por isso a dificuldade de avançarmos no programa. Os avanços do programa poderão ocorrer na retomada das atividades aquícolas. Mencionou que o plano de trabalho de atividades de ATER tem uma sinergia com a definição do Programa 16. Foi pontuado o Projeto de Energia Fotovoltaica em Povoação, Linhares/ES, que se trata da aquisição de um veículo pequeno de carga, um sistema de células fotovoltaicas para que a oxigenação dos peixes seja comprometida e uma estrutura para armazenamento do peixe abatido. O valor do projeto é de 169 mil reais, são 14 pescadores envolvidos, pessoas com carteira deferida, suspensa, cancelas e novas, todos da comunidade de Povoação.</p> <p>Andrea Aparecida Ferreira Anchieta, representante da Associação de pescadores e Assemelhados de Povoação - APAP, Linhares/ES, informou que 80 pessoas fazem parte da Associação de pesca de Povoação, e possuem 06 tanques, com mais de 20 famílias envolvidas. Mas, para adequação ao Edital foi inserida o quantitativo de 14 pessoas. Renato Cardoso pediu que encaminhassem os dados atualizados. Andrea Anchieta explicou que o Projeto da Aquaponia, iniciou em 2014, e foi encaminhado ao Edital do Banco do Brasil, mas não foi contemplado. Tivemos algumas tentativas de trabalho como o tanque escavado e o tanque rede, até chegarmos no tanque suspenso. O Projeto foi apresentado à FR, por meio IFES, e com a junção das ideias ocorreu a implantação do projeto nas 04 localidades da Foz. Informou que o projeto é de Aquaponia e que durante o prazo de 06 meses para o peixe tilápia ficar adulto, terá a produção de hortaliças. Porém, não tem onde armazenar o pescado produzido, outra situação recorrente é a queda de</p>

energia, e não queremos correr o risco de perder a produção do pescado. A expectativa da comunidade é nesse projeto.

Renato Cardoso explicou que o projeto de Aquaponia foi aprovado em 2017, assim, seria para complementar o projeto original.

Hugo Tofoli sugeriu que o projeto seja pauta na próxima pauta do GT-PG16.

Camila Camilo, representante da Fundação Renova, esclareceu que o Projeto é o Cultivando para Pescar, financiado pela FR em parceria com o IFES, tem o objetivo de instalar sistema de Aquaponia em 04 comunidades e está em fase de execução. Foram realizados 03 aditivos e já temos as tratativas com IFES de execução, tinha como temporalidade de 24 meses e já estamos no quarto ano, assim, não cabe mais aditivo. O projeto apresentado pela Andrea é um outro projeto referente a placas fotovoltaicas e armazenamento e transporte da produção. O projeto foi escrito a parte do cultivando para pescar. A própria APAP tem uma edificação para dar suporte ao projeto de Aquaponia, assim, são projetos distintos.

Hugo Tofoli sinalizou que para definir se o projeto cabe ou não no Cultivando para Pescar necessita de características técnicas e citou como exemplo o projeto de Laticínios de Mariana/MG. No caso do projeto Cultivando para Pescar se não foi previsto e não se pensou, naquele primeiro momento, a questão de armazenagem e comercialização do peixe que está sendo produzido, deve ser discutido se no caso seria uma complementação. O projeto Cultivando para Pescar, não está atendendo toda calha do rio, é um projeto pilo para se analisar a estrutura, para verificar a eficácia da geração de renda para os pescadores que não podem mais pescar, pode ser ampliada. Sugeriu que a análise e discussão seja realizada no GT-PG16.

Camila Camilo informou que é importante essa discussão no GT-PG16, considerando que há diferentes estágios da execução do projeto nas comunidades. Antes de verificar o complemento de mais estruturas dentro do projeto, os esforços têm que se dar naquilo que foi objetivo do projeto que está em execução. Temos sistemas a serem entregues e temos duas comunidades que ainda não começaram a instalação. É importante trazer o tema nesta CT para acompanhar o processo que se encontra a execução do projeto, as dificuldades, as lacunas e os arranjos para sua efetividade. É um projeto piloto que precisa de acompanhamento técnico e necessita estar em plena operação para ter os resultados positivos.

Renato Cardoso esclareceu que em princípio não seria um aditivo, e sim algo complementar. Os estágios em duas comunidades não começaram os trabalhos e a comunidade de Povoação tem urgência no projeto. Nesse caso regimentalmente como a comunidade poderia participar das discussões.

Hugo Tofoli respondeu que se não for via o Projeto Cultivando para Pescar, seria via Fudo Brasil. Caso seja via Projeto, como unidade beneficiada, a CTEI pode convidar, pois são beneficiados de um projeto que a CT acompanha. Quanto a questão de aditivo, não se pode alterar o aditivo, mas entendo ser uma ampliação do objeto. Sugeriu a realização de visita técnica de vistoria ao território no acompanhamento do Projeto Cultivando para Pescar.

Eliane Gregório solicitou a realização também de visita técnica no território para acompanhar a necessidade dos pescadores. Informou que os pescadores não têm mais suas rendas, dessa forma precisa ser resolvido o mais rápido possível. Hugo informou que pretende visitar as 04 comunidades que estão no Cultivando para Pescar. Joéci Miranda destacou sobre a necessidade de atualização dos valores do projeto apresentado pela Associação. Luciana de Oliveira manifestou pelo entendimento de que é uma

ampliação de aditivo. E que um dos pilares de governança da FR, além da equidade, transparência é a celeridade, e não se vê algumas vezes essa celeridade. O projeto é de suma importância e se depara com alguns gargalos. Pediu que o seu nome seja incluído nas discussões do GT.

Leandro Pinho, representante do IFES, informou que o IFES está dando assistência ao Projeto. Os projetos de pesquisa ou extensão as vezes surgem demandas que não estavam previstas, mas pontuou em relação ao prazo. Hugo Tofoli explicou que o prazo de 30 dias do Projeto é para iniciar o cultivo dos peixes, e após 06 meses iniciará a retirada dos peixes.

Camila Camilo pontuou sobre a revisão do Programa que será retomada na próxima reunião do GT e pediu manifestação quanto ao Ofício encaminhando pela FR sobre ATER, considerando o encaminhamento da reunião em Belo Horizonte, da possibilidade de realizar uma reunião extraordinária e não houve o retorno. Também, pediu manifestação em relação a definição do programa, uma vez que os documentos foram encaminhados em maio.

Renato Cardoso esclareceu que a definição do programa será discutida a partir da próxima reunião do GT, e referente a ATER está diretamente relacionada com a definição do Programa. Desta forma, necessitamos da participação dos membros de Minas Gerais, do Espírito Santo e dos Atingidos.

Hugo Tofoli informou que a resposta do ofício sobre ATER será encaminhada à FR. Corroborou que a questão sobre ATER está vinculado ao Programa. A proposta era uma aprovação parcial do Programa, com aprovação da parte da aquicultura, e ficando para um segundo momento a pesca, que envolve questões ambientais e as discussões são complexas e mais amplas.

Camila Camilo reiterou a resposta do ofício da ATER, quanto a proposta de aprovação parcial do Programa a FR não se opõe. Informou ser necessário avançar com o Programa e reiterou que a FR está solicita a discussão do Programa.

Éneas Ferreira mencionou sobre o dano causado na pesca no Espírito Santo, na qual o produto não possui comercialização, devido o rompimento da barragem.

Hugo Tofoli esclareceu que na reunião realizada com a Fundação Renova foi solicitado que a FR apresentasse um Programa de forma parcial, porém, não foi apresentado e não informaram que não teriam como apresentar. Desta forma, os debates serão realizados dentro do GT-PG16.

Mariangela De Lorenzo, Consultora dos Camaroeiros de Vitória/ES, corroborou que a definição do Programa, conforme Margareth havia pontuado na reunião do GT, que depende de outros Programas. Há dissensos sobre a retomada da pesca. Os pontos de consenso apresentados no ano passado não tiveram avanços sobre o que foi tratado de ATER, não houve reunião nem com o GT-AGROPEC e não teve ação voltada para o atingido que além do pescador tem sua propriedade rural. Foi informado em reunião do GT-AGROPEC, com o tema pesca, que naquele GT não tratará da pesca, e foi discutida a possibilidade de ser aditivado a Assistência Técnica prestada pelas empresas para os atingidos pescadores que também são proprietários rurais, que possam ter profissionais para o desenvolvimento de pesca e aquicultura. Pontuou sobre as discussões judiciais e os descumprimentos das decisões judiciais e das Deliberações do CIF 58 e 114. Registrou a relevância para as discussões de ATER da presença da EMATER-MG e do INCAPER-ES, pois são órgãos de governo filiados ao SIATER. A proposta da FR deveria

	<p>estar avançando para atender atingidos que são proprietários rurais e são ilheiros dentro do GT-AGROPEC.</p> <p>Juliana Bedoya, representante da Fundação Renova, informou que na reunião do GT-PG16 do dia anterior, não houve discussão sobre a definição do programa, reforçou a solicitação de uma Reunião Extraordinária do GT, que a FR está disponível para participar da reunião. Pontuou sobre a dificuldade de propor uma definição de programa que não trate da atividade da pesca, e que trate somente da aquicultura, assim precisamos de uma ajuda nesse sentido. Para aprovação de um programa parcial para aquicultura tem grande dificuldade, pois a grande maioria do público da pesca é de pescadores profissionais e também informais, assim, precisa de aprofundar nessa discussão e orientação.</p> <p>Hugo Tofoli informou que na próxima reunião do GT-PG16, em Belo Horizonte/MG, será realizada em uma sala exclusiva, com a duração de um dia.</p> <p>Informou também que as pessoas que queiram participar das reuniões da CT comunique de forma antecipada a participação para que possamos realizar a organização do espaço da sala. E pediu as pessoas com sintomas gripais para que não participem das reuniões, tendo em vista as situações de COVID-19.</p> <p>Abílio Vilella, Assessor Técnico Rosa Fortini, complementou quanto a definição do Programa que em diversas reuniões tem solicitado a priorização do Eixo 2, que trabalha com segmento pescadores, processo de reestruturação produtiva e alternativa de produção e geração de renda com os pescadores. Pois, a restrição tem as questões ambientais e saúde, que é o eixo 1.</p>
<b>Encaminhamento 67.5</b>	<b>Incluir como pauta para a próxima reunião do GT-PG16 o Projeto de Energia Fotovoltaica apresentado pela Associação de Pescadores e Assemelhados de Povoação, Linhares/ES.</b>
<b>Encaminhamento 67.6</b>	<b>Visita Técnica de vistoria ao Projeto Cultivando para Pescar - PG16 nas Comunidades de Povoação e Regência, Entre Rios e Areal - Linhares/ES</b>
<b>Encaminhamento 67.7</b>	<b>CTEI encaminhará ofício de resposta à Fundação Renova, referente ao ofício de ATER.</b>
<b>Encaminhamento 67.8</b>	<b>A próxima reunião do GT-PG16, em Belo Horizonte/MG, será realizada em sala exclusiva para o GT, nos períodos matutino e vespertino.</b>
<b>Encaminhamento 67.9</b>	<b>Encaminhar convocatória ao Secretário de Agricultura do Espírito Santo, Presidente do INCAPER, para participantes na área da pesca e EMATER-MG para participarem das discussões da definição do Programa 16, na reunião do GT-PG16, em Belo Horizonte/MG, no mês de agosto.</b>
<b>Encaminhamento 67.10</b>	<b>A coordenação do GT-PG16 se comprometeu em elaborar a Nota Técnica sobre projeto apresentado pelo grupo de pescadores Empodera Belo Oriente.</b>

**3 - Promoção da Inovação (PG15)**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
--------------	------------------

<p>a. Informes do Desenvolve</p>	<p>GT-</p>	<p>Cláudio Paiva, representante da SEDE/MG, relatou que na reunião do GT-DESENVOLVE, do dia 19/07/2022, que tivemos as aprovações das Notas Técnicas complementar do Projeto Hub de Inovação Expansão Rodadas Médio e Foz e da Nota Técnica do Edital de Tecnologias Inovadoras para Reparação. Dentro do PG18 foi apresentado pela FR ofício sobre a dilação de prazo do item 3 da Deliberação 503/2021 do CIF, sobre o Distrito Empresarial de Mariana, e em função de não ter havido retorno do CIF sobre o Distrito Empresarial, o GT entendeu pela dilação do prazo. No PG-20 foi apresentada a Nota de Técnica do Estudo do Mapeamento do Perfil Profissional de Mariana, informou que foi realizada reunião da FGV com a FR para esclarecimentos e melhorias quanto ao projeto, com atendimento pela FR de todas solicitações, desta forma foi aprovada no GT a Nota Técnica. Os acompanhamentos dos Programas 15, 18 19 e 20 foram apresentados pela Fundação Renova.</p> <p>Ana Lage mencionou sobre as pautas dos programas que estarão na RO do CIF, assim, para se resguardar de outro erro sobre o Distrito Empresarial, pois na primeira deliberação foi encaminhado sem o conter o Plano de Marketing e a remuneração do agente financeiro. Na minuta de deliberação que está no CIF a solicitação de suplementação de 5.4 Milhões, não alcança todos os custos, necessita-se de realizar uma correção. Pontuou que para além de não ser adequado a utilização do índice do IPCA na Cláusula 257, precisa-se observar os indicies da construção civil, há outros custos que não estavam previstos na primeira deliberação, que é o plano de marketing e o agente financeiro.</p> <p>Anízio Vianna explicou que o valor já deliberado é de 9.4 Milhões, e o valor final é 15.8 Milhões, assim, o valor que deve constar como acréscimo é de R\$ 6.388.413,39. Sérgio Ferreira sugeriu a correção do texto da minuta de deliberação. Hugo Tofoli informou que a minuta de deliberação encaminhada é uma sugestão, o CIF pode realizar alterações, assim é corrigir a minuta.</p> <p>Após análise dos valores da planilha constante da NT, Hugo Tofoli pontuou a necessidade de correção dos valores da NT. Solicitou ao Victor Prodocimi a correção dos valores da planilha, para que seja encaminhada ao CIF a retificação da NT.</p> <p>Anízio Vianna informou que na correção os 5% do agente financeiro, não é sobre o valor total, e sim sobre o valor da infraestrutura, pois os 5% não incidem sobre o plano de marketing.</p> <p>Ana Lage informou que a FR realizará uma manifestação no CIF sobre esse ponto de pauta, assim, pediu para que a planilha fique alinhada para utilização na manifestação.</p> <p>Hugo Tofoli explicou que a NT está em formato PDF e necessita localizar a versão do documento no formato editável para que seja realizada as correções.</p> <p>Ana Lage pontuou quanto ao segundo ponto de Pauta do CIF, a Cláusula 142, não há objeção por parta da FR, tendo em vista o cumprimento integral da Cláusula no atendimento dos municípios do TTAC. Hugo Tofoli informou que essa pauta foi encaminhamento ao IAJ, quanto as dúvidas levantadas pelo CIF.</p> <p>Ana Lage mencionou sobre a outra pauta no CIF, sobre o aditivo de valores e prazos da cadeia produtiva de café e pimenta do reino nos assentamentos capixabas, não há impedimento pela FR quanto aos índices, pois não há uma grande diferença financeira econômica.</p>
----------------------------------	------------	---

	<p>Hugo Tofoli informou aos membros da CT que na reunião anterior do CIF o Presidente interpretou que no projeto havia utilizada a correção pelo IGPM e que o índice a ser utilizado conforme o TTAC deveria ser o IPCA. Hugo Tofoli esclareceu que no documento foi realizado apenas uma comparação com o IGPM no período, e não foi utilizado correção por índices. As correções foram realizadas por valores de mercado.</p> <p>Jóeci Miranda observou sobre a utilização do termo municípios atendidos pelo TTAC, pois não abrange as demais localidades. Hugo Tofoli explicou que a Cláusula 142, trata dos ressarcimentos dos gastos públicos e nesse caso, especificamente, refere-se ao pagamento dos municípios.</p> <p>Tomaz Málaga mencionou que na RO do CIF foi questionado a possibilidade de surgir gastos emergenciais referentes a cláusula 142. Hugo Tofoli esclareceu que alguns pontos foram levantados: o primeiro foi a deliberação 58; segundo ponto se os gastos seriam apenas dos três meses iniciais, ou se estendia-se a gastos de outros meses. Por isso foi solicitado um parecer jurídico de entendimento da Cláusula.</p>
<b>Encaminhamento 67.11</b>	<b>Realizar a correção dos valores da planilha (Victor Prosdocimi) sobre o Distrito Empresarial, para que a CTEI encaminhe ao CIF a retificação da NT.</b>
b. Apresentação de Nota Técnica complementar à Nota Técnica nº 0106/2022 - Projeto Hub de Inovação expansão rodadas Médio e Foz (GT-Desenvolve)	Virgínia Mascarenhas, representante da FAPEMIG/MG, apresentou a Nota Técnica complementar ao Projeto Hub de Inovação – rodadas Médio e Foz, referente à NT 106/2022. O Hub é um projeto que já existia em Mariana/MG, assim, a FR submeteu a CTEI o projeto de extensão para os municípios de Linhares/ES e Governador Valadares/MG, foi realizada uma pré-análise e alguns questionamentos sobre a extensão. A FR apresentou as respostas e os esclarecimentos e na última reunião foi apresentado os resultados do Hub de Mariana. A CTEI optou por realizar uma NT complementar informado que foi realizado todos os esclarecimentos solicitados.
<b>Aprovação</b>	<b><u>Levado a aprovação, registro que foi aprovada a Nota Técnica Complementar nº 108/2022 - Projeto Hub de Inovação – rodadas Médio e Foz, referente à NT 106/2022.</u></b>
<b>Encaminhamento 67.12</b>	<b>Deverá ser solicitada pauta ao CIF da Nota Técnica nº 106/2022/CT-EI e Nota Técnica Complementar nº 108/2022 - Projeto Hub de Inovação – rodadas Médio e Foz, para RO CIF de setembro/2022.</b>

**EXTRAPAUTA**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
a. Nota Técnica sobre Edital de Tecnologias Inovadoras para Reparação	Tomaz Málaga apresentou a NT sobre o Edital de Tecnologias Inovadoras para Reparação. Serão selecionados, inicialmente, 09 projetos inovadores, de Instituições de Ciência e Tecnologia. Na outra etapa, dos projetos selecionados, 03 projetos serão classificados. Assim, foi realizada uma pré-análise e algumas sugestões à FR. Considerando que as solicitações realizadas foram cumpridas pela FR, recomendamos a aprovação.

	<p>Ana Lage informou que a FR encaminhou as alterações sugeridas na pré-análise, adequando o projeto, e na reunião do GT, entendemos, que foi aprovado.</p> <p>Victor Prosdocimi esclareceu que a FR realizou as adequações do projeto, e a NT necessita de fazer alguns ajustes textuais em relação à Nota Técnica.</p> <p>Sérgio Ferreira pontuou que o projeto revisado está aprovado. Nesse caso seria parecida com a situação do Hub, necessitaria de uma Nota Técnica Complementar? Hugo Tofoli e Victor Prosdocimi informaram que não seria uma Nota Técnica complementar, sim uma redação mais clara da NT.</p> <p>Hugo Tofoli pontuou que será enviado como ponto de pauta ao CIF para reunião de setembro/2022.</p>
<p><b>Encaminhamento 67.13</b></p>	<p><b>Será realizada correções textuais da Nota Técnica pelo GT-DESENVOLVE, para aprovação na RO da CTEI, de agosto/2022, e envio de pauta ao CIF para reunião de setembro/2022.</b></p>
<p>b. Nota de Técnica de aprovação do Estudo do Mapeamento do Perfil Profissional de Mariana/MG;</p>	<p>Tomaz Málaga apresentou a Nota de Técnica de aprovação do Estudo do Mapeamento do Perfil Profissional de Mariana/MG. Foi enviado uma pré-análise à FR. Considerando as devolutivas realizadas pela FR, recomendamos a aprovação.</p> <p>Roberto Ruggeri informou que a FR realizou os ajustes do Projeto conforme apontamentos da CT, bem como os ajustes nas questões orçamentárias. O projeto visa não somente o mapeamento das oportunidades, mas também do perfil profissional de Mariana, pois no município há uma escassez e disponibilidade de mão de obra, tanto no atendimento das demandas da FR, mas também no atendimento das demandas locais. Hoje há aproximadamente mil vagas abertas no SINE de Mariana/MG, e não conseguem ser preenchidas, demandando que as empresas contratem pessoas de fora.</p> <p>Hugo Tofoli pontuou que o estudo não será apenas de qualificação, mas também saber essas variáveis por qual motivo as vagas não são preenchidas. Roberto Ruggeri informou que tudo isso será considerado.</p> <p>Ana Lage pediu uma atenção quanto ao projeto de Tecnologias Inovadoras de envio a pauta ao CIF, pois pode ocorrer de não ser enviada a pauta para setembro e acontecer de ir apenas para pauta do CIF de outubro/2022, pois precisamos pedir a pauta no tempo adequado.</p> <p>Hugo Tofoli informou que o envio das Notas Técnicas estarão dentro do prazo de envio.</p> <p>Sérgio Ferreira reforçou que na reunião de junho/2022 tínhamos a aprovação da NT do Hub, não tínhamos a NT complementar, mas poderia ter sido enviada a pauta ao CIF da NT do Hub. Hugo Tofoli esclareceu que as Notas Técnicas referentes à pauta devem ser encaminhadas para solicitação da pauta ao CIF. Pontuou da importância do envio dos documentos corretos ao CIF. Solicitou que as Notas Técnicas que sejam enviadas como extrapauta na CT estejam revisadas.</p>
<p><b>Aprovação</b></p>	<p><b><u>Levado a aprovação, registro que foi aprovada a Nota Técnica nº 0109/2022 - Estudo do Mapeamento do Perfil Profissional de Mariana/MG.</u></b></p>

<b>Encaminhamento 67.14</b>	<b>Deverá ser solicitada pauta ao CIF da Nota Técnica nº 109/2022/CT-EI Estudo do Mapeamento do Perfil Profissional de Mariana/MG, para RO CIF de setembro/2022.</b>
-----------------------------	--

<b>Considerações Gerais</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>Informes</b>	Hugo Tofoli informou que a próxima RO da CT-EI será na cidade de Belo Horizonte/MG de forma presencial, nos dias 16/08 e 17/08/2022. A Convocatória será encaminhada e o envio da solicitação de custeio deve ser solicitado até o dia 28 de julho de 2022. Solicitou as pessoas que queiram participar indiquem o nome para que possamos estruturar o local, para que todos tenham conforme e segurança. As pessoas que tiverem sintomas gripais realizem os testes de covid-19. Não haverá transmissão por videoconferência, a transmissão da 68ª RO CTEI será pelo Youtube. Os GT's serão apenas presencias e não serão transmitidos pelo Youtube. Sobre a possibilidade de reunião da CT em Brasília, Hugo Tofoli informou que discutiremos e decidiremos sobre a agenda e realização dessa reunião em Brasília.

Finalmente, o coordenador da CT-EI, sr. Hugo Tofoli, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a **67.ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI/CIF** às quinze horas e quinze minutos do dia vinte de julho de dois mil e vinte e dois.

**Registro que a presente ATA foi aprovada no dia 17 de agosto de 2022, na 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO – CTEI/CIF.**

**HUGO SANTOS TOFOLI**  
**Coordenador da Câmara Técnica de Economia e Inovação**

## ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**HUGO SANTOS TOFOLI**  
DIRETOR QCE-02  
DIRTEC - ADERES - GOVES  
assinado em 19/08/2022 15:30:28 -03:00



### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 19/08/2022 15:30:28 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por HUGO SANTOS TOFOLI (DIRETOR QCE-02 - DIRTEC - ADERES - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-MZKM82>